

# Apresentação do Dossiê

Jacob Carlos Lima<sup>1</sup>

A globalização ou mundialização tem sido analisada nas últimas décadas como produto das transformações capitalistas decorrentes do que seria a mudança de um período de inflexão marcado pela forte presença do Estado na organização das relações capital-trabalho. Esse período e suas mudanças foram analisados pela escola de regulação francesa, como regime de acumulação, marcando o século XX.

Num primeiro momento, o regime fordista, no qual a presença do Estado foi fator preponderante para a expansão capitalista, então em profunda crise no pós-Primeira Guerra Mundial e ameaçada pela experiência socialista soviética, estabelecendo políticas protecionistas de desenvolvimento nacional e de reprodução da força de trabalho que serão conhecidas como Estado de bem-estar social, que vigorou até o início dos anos 1970.

O seguinte, o regime de acumulação flexível, marcou o esgotamento do modelo anterior, com a revolução das tecnologias informacionais, de comunicação e transporte, a retração do Estado das atividades econômicas e das políticas sociais, novas formas de produção e utilização da força de trabalho, com a abertura de mercados, a globalização da produção, da circulação e distribuição de mercadorias e consumo.

Neste, a reprodução social torna-se secundária e as empresas e os investimentos de capital, de modo geral, buscam menores custos e trabalho desorganizado. A perspectiva de um capitalismo de feição “social-democrata”, com melhoria das condições de vida dos trabalhadores, é vista como fator que agrega custos comprometendo as atividades das empresas. As novas tecnologias revolucionam as formas de utilização do tempo e do espaço, descentralizando a produção e incorporando novos territórios aos fluxos da “nova” economia. O trabalho como unidade de valor, como elemento constitutivo de identidades sociais, organizador da vida e da mudança social, é questionado em seus fundamentos.

Entretanto, esse processo de mudança, embora tendencial, assume velocidades distintas e efeitos diferenciados. O trabalho permanece no centro da vida

---

1 Departamento de Sociologia – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – Pesquisador do CNPq - São Carlos – Brasil – jacobl@ufscar.br

social, enquanto atividade necessária à sobrevivência; o emprego não desapareceu, assumindo uma pluralidade de situações/condições; a regulação estatal, longe de desaparecer, continua com idas e vindas, maior ou menor abrangência territorial, nacional ou global. As formalidades das relações sociais dos mercados, da produção e do trabalho mesclam-se com formas distintas de informalidades e ilegalismos, não necessariamente novos, mas ressignificados. O mesmo podemos dizer da organização dos trabalhadores, que, passando o “inverno do sindicalismo”, retoma lutas e conquistas, dentro obviamente do novo quadro do capitalismo “flexível”.

A globalização hegemônica do grande capital, caracterizada pelas grandes empresas, convive com a chamada globalização “não hegemônica”, “discreta”, “por baixo”. Neste “ramal secundário”, formalidades, informalidades e ilegalismos diversos convivem e se interpõem em espaços nacionais distintos, onde os trabalhadores circulam por fronteiras cada vez mais porosas, onde velhas e novas ocupações, criativas e nem tão criativas, se aproximam em relações de trabalho instáveis, mas ideologicamente participes de uma flexibilidade inovadora. Esta pressupõe mobilidade permanente do trabalhador para mudar de emprego, buscar outras atividades, incorporar novos conhecimentos, ser empreendedor, inovador, sempre na perspectiva de que todos partem das mesmas condições dadas democraticamente pelo mercado.

Este Dossiê pretende discutir um pouco essa globalização não hegemônica a partir de três eixos: o primeiro deles, a constituição de mercados populares em termos globais e suas relações com múltiplos locais. As mercadorias são produzidas e consumidas globalmente. Diferentes formas de trabalho e vinculações sociais estão presentes nesse trajeto; o segundo, a informalidade de trabalhadores tradicionalmente precários como ambulantes, que se encontram num cenário analítico com trabalhadores de alta tecnologia, os quais têm em comum a precariedade dos vínculos de trabalho e a dependência de redes sociais físicas e virtuais para se manter no mercado; e um terceiro no qual os trabalhadores reassumem suas organizações, agora dentro de novos parâmetros e com resultados que mostram as novas configurações do mundo do trabalho.

O texto de Knowles aborda, através da trajetória de uma mercadoria física, barata, voltada ao consumo popular – a nossa conhecidíssima sandália de dedo –, os processos, territórios e trabalhadores envolvidos em sua fabricação. Começa pela extração do petróleo nos desertos do Kuwait, com seus trabalhadores imigrantes contratados por tempo determinado e em condições precárias no Oriente Médio e no Sudeste da Ásia, indo para as refinarias na Coreia, onde a matéria-prima é elaborada e enviada para a China em pequenas fábricas onde

são elaboradas as sandálias. Termina o trajeto na Etiópia, onde são vendidas por ambulantes, e finalizam sua carreira nos lixões de Adis Abebba, onde trabalhadores sobrevivem cotidianamente da busca de restos.

No segundo artigo, Belgion e Plietz reconstroem a nova “rota da seda” do Oriente Médio à China e à cidade de Yuwu, um grande entreposto mundial de produtos de baixo custo. Analisa a presença de egípcios e argelinos nos mercados populares da cidade, que atrai investidores, atravessadores, ambulantes, enfim, uma gama de trabalhadores/empreendedores árabes que compram os produtos a ser vendidos nos mercados populares de seus países. Formalidades, informalidades e ilegalismos variados compõem as transações e a circulação de mercadorias, trabalhadores e comerciantes, na recomposição de uma rota comercial milenar, agora em novos parâmetros.

No segundo eixo nos detemos no Brasil para analisar duas situações polares. Os trabalhadores ambulantes e os trabalhadores “informáticos”. Para os primeiros, Santos, Oliveira e Sato discutem o conceito de redes socioprodutivas na viabilização do trabalho desses ambulantes, distinguindo-as de redes sociais (ponto de partida) e redes de apoio social. Demonstram como esses trabalhadores se articulam para permanecer numa atividade antes pensada como temporária, um temporário cada vez mais definitivo, em que a informalidade assume novas significações.

Bridi e Motim, por sua vez, caracterizam os trabalhadores de informática, mostrando as distinções entre os trabalhadores de *software* e *hardware*, a imaterialidade dos primeiros dependendo da materialidade dos segundos, e as distintas formas de relações de trabalho, nas quais formalidade e informalidade se mesclam numa ocupação “flexível” por excelência. Discutem a criatividade no trabalho e seus limites diante da tendência à padronização das atividades e dos desafios de pensar novas ocupações em relação aos modelos explicativos que têm o trabalho fabril como referência.

Num terceiro eixo temos a discussão do sindicalismo no Brasil e na Argentina, e sua recuperação a partir dos anos 2000. Rodrigues e Ramalho discutem as mudanças no padrão de ação sindical a partir de indicadores estatísticos, demonstrando a mudança do perfil do sindicalizado, com crescimento da presença feminina, aumento da escolaridade, maior taxa de sindicalização fora do Sudeste-Sul do país, historicamente centro da atividade sindical do país, e crescimento também, de certa forma paradoxal, do sindicalismo rural, num quadro de redução da força de trabalho rural.

Delfines, Montes e Cató analisam o sindicalismo argentino, seus fluxos e refluxos, as mudanças nas formas de resistência e o surgimento de novas

expressões do conflito capital-trabalho, como as organizações de desempregados, o ressurgimento de comissões internas e dos comitês de fábricas a partir de 2003. Estas formas apontam para o potencial de retomada da luta dos trabalhadores e de suas organizações, com maior participação da base, num contexto de ocaso das reformas neoliberais.

Esses três eixos, embora distintos, permitem uma panorâmica das mudanças no trabalho nas últimas décadas e sua multiplicidade, o que dificulta análises a partir de modelos interpretativos fechados, exigindo a percepção seja do conjunto, seja do detalhe, do global e do local, de seus movimentos e mobilidades. Assim como inviabiliza dualizações rígidas, como por exemplo formal-informal, legal-ilegal e outras que, mesmo como recurso heurístico, se tornam insuficientes para a compreensão do mundo contemporâneo.